



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL N.º 001/2023

CARGO: *PROCURADOR*

### INSTRUÇÕES

- 1- O **Caderno de Questões** contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha (A, B, C, D, E), sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Conhecimentos Gerais e Legislação, 05 (cinco) questões de Raciocínio Lógico, 20 (vinte) questões de Conhecimentos Específicos e uma **Folha Intermediária de Respostas** para a prova objetiva.
- 2- Ao receber o material, confira no **Cartão-Resposta da prova objetiva**, seu nome, número de inscrição, data de nascimento, RG e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- 3- A prova terá **duração de 3 (três) horas**, incluído, neste tempo, o preenchimento do **Cartão-Resposta da prova objetiva**.
- 4- Leia atentamente cada questão e assinale, no **Cartão-Resposta**, a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão-Resposta** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão-Resposta** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão-Resposta** por erro do candidato.
- 5- Utilize a **Folha Intermediária de Respostas** para registrar as alternativas escolhidas. É proibido fazer qualquer outro tipo de anotação. Essa folha ficará em seu poder para conferência com o gabarito a ser publicado.
- 6- Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão-Resposta**:
  - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
  - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
  - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas, ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, bem como emendadas ou rasuradas.
- 7- O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
- 8- Você poderá se retirar, definitivamente, da sala de realização da prova após transcorridos 60 (sessenta) minutos contados do seu efetivo início, **sem levar** o **Caderno de Questões** e o **Cartões-Resposta**.
- 9- É permitido fazer anotações, cálculos, riscos e afins no **Caderno de Questões**.
- 10- Após se identificar e se instalar na sala, você não poderá consultar qualquer material enquanto aguarda o horário de início da prova.
- 11- Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último deles entregue o **Cartão-Resposta**.
- 12- Assine no local indicado no **Cartão-Resposta** e no **Caderno de Questões**.
- 13- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão-Resposta** e o **Caderno de Questões**.
- 14- Não se esqueça de pegar seus pertences acondicionados em sala.

Ilhota, 10 de dezembro de 2023.

BOA PROVA

Realização:



Nº de Inscrição:

Nome do candidato:

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

### Haverá em breve uma vacina contra o câncer?

Empresas de biotecnologia querem lançar em alguns anos imunizantes contra a doença, algo que se tornou possível com a tecnologia de mRNA. Com isso, o câncer pode deixar de ser uma "sentença de morte". Em poucos anos, a tecnologia de RNA mensageiro (mRNA) revolucionou a medicina. Durante a pandemia de covid-19, imunizantes de alta eficácia contra o vírus Sars-Cov-2 foram desenvolvidos em apenas alguns meses graças a essa tecnologia.

Mesmo que o vírus se desenvolva com mutações mais agressivas, vacinas sob medida podem ser novamente desenvolvidas em pouco tempo graças à tecnologia de mRNA. Mas esse avanço, recentemente agraciado com o Prêmio Nobel de Medicina, pode ainda alcançar muito mais.

A tecnologia de mRNA também deu novo impulso à pesquisa sobre o câncer. O CEO da empresa de biotecnologia CureVac, Alexander Zehnder, quer introduzir no mercado vacinas com base nessa tecnologia em um prazo máximo de cinco anos.

O desenvolvimento de vacinas contra certos tipos de câncer seria um sonho realizado para a humanidade. "Pesquisas sobre vacinas contra o câncer vêm sendo realizadas há 20 anos. Os progressos atuais, porém, são enormes", afirma Zehnder. "Ganhamos muita experiência durante a pandemia e a inteligência artificial está tão avançada que consegue resolver muitos problemas na programação do mRNA", explicou o chefe da CureVac em entrevista ao jornal alemão *Bild am Sonntag*.

As vacinas contra o câncer estimulam o sistema imunológico de maneira que as defesas próprias do corpo podem combater especificamente as células tumorais. "O fator mortal no câncer é o fato de ele se manter em crescimento. A vacina visa conter esse crescimento, mesmo que o câncer já esteja metastático. O câncer, dessa forma, se torna uma doença crônica com a qual se pode conviver durante décadas. Não é mais uma sentença de morte", disse Zehnder.

#### *Corrida pela vacina*

Além da CureVac, outras empresas também investem intensamente em pesquisas contra o câncer. No início de outubro, a empresa BioNTech publicou resultados preliminares promissores de um estudo clínico em andamento. A eficácia de sua vacina de mRNA contra o câncer, CARVac, já está sendo testada em cobaias.

O CEO da BioNTech, Ugur Sahin, disse em entrevista à revista alemã *Der Spiegel* que, segundo sua estimativa, haverá vacinas contra o câncer disponíveis nos próximos anos. "Acreditamos que será possível produzi-las em larga escala antes de 2030", afirmou.

No longo prazo, as vacinas tendem a substituir o tratamento convencional contra o câncer. Isso também

seria um fator bastante positivo, uma vez que as terapias com quimioterapia ou radiação são extremamente agressivas para os pacientes.

"A quimioterapia ou a radiação nunca combatem somente o tumor, mas também os tecidos saudáveis. É por isso que há tantos efeitos colaterais", explicou Zehnder. "A vantagem de usar o mRNA é que o sistema imunológico próprio é estimulado e combate especificamente o câncer, e nada mais".

#### *Como funciona a vacina?*

As células T, ou linfócitos T, ajudam o corpo a combater infecções ao destruir as células adoecidas ou estimular outras células imunológicas a agirem, mas têm dificuldades em reconhecer as células cancerígenas, o que as células CAR-T conseguem fazer.

O tratamento com as células CAR-T foi aprovado na Europa em 2018 e vem sendo utilizado principalmente no tratamento da leucemia, o chamado câncer sanguíneo.

No entanto, essa forma bastante eficaz de imunoterapia tem custos impraticáveis para muitos. Segundo o Centro Alemão de Pesquisas sobre o Câncer da Alemanha, os fabricantes cobram até 320 mil euros pela produção dessas células imunológicas para apenas um paciente.

Nesse tipo de imunoterapia, as células T são filtradas dos leucócitos - os glóbulos brancos - do sangue do paciente. Elas então são geneticamente modificadas para formarem receptores quiméricos de antígeno (CARs) na superfície. Isso resulta em um receptor cujos componentes diferentes não se encaixam.

#### *Vacinas deixam as células tumorais visíveis*

Se as células CAR-T produzidas dessa forma forem injetadas de volta no paciente, elas se alojam especificamente nas células cancerígenas. O sistema imunológico é ativado e ataca as células tumorais. As futuras vacinas podem dar apoio a esse processo se, por exemplo, as células CAR-T não conseguirem encontrar ou estiverem muito enfraquecidas para lutar contra as tumorais.

Para deixar as células tumorais mais visíveis, a proteína Claudin-6 é introduzida na célula cancerígena com ajuda da tecnologia mRNA. Isso cria um antígeno que se aloja na superfície da célula tumoral, tornando-a mais fácil de ser reconhecida e combatida pelas CAR-T.

Até agora, as células T modificadas combatiam somente o câncer sanguíneo. Mas os avanços rápidos na tecnologia de mRNA aumentam as esperanças de que possa haver no futuro terapias eficazes e menos agressivas, não apenas para a leucemia, mas também para outros tipos de câncer.

Retirado e adaptado de: TERRA. Haverá em breve uma vacina contra o câncer? Portal Terra. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/havera-em-breve-uma-vacina-contra-o-cancer,60f8d40daa34735e8fe2882052bb273fti7x3zb1.html> Acesso em: 09 nov., 2023.

## Questão 01

Associe a segunda coluna de acordo com a primeira, que relaciona palavras do texto com seus processos de formação:

### Primeira coluna: Processo de formação

- (1) Derivação parassintética.
- (2) Derivação regressiva.
- (3) Derivação sufixal.
- (4) Composição por justaposição.

### Segunda coluna: Palavras do texto

- ( ) radiação
- ( ) biotecnologia
- ( ) cancerígenas
- ( ) desenvolvimento
- ( ) tratamento
- ( ) glóbulos brancos

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 2 – 4 – 2 – 1 – 1 – 3
- (B) 3 – 1 – 3 – 2 – 2 – 4
- (C) 3 – 4 – 1 – 3 – 3 – 1
- (D) 4 – 2 – 4 – 3 – 3 – 1
- (E) 1 – 3 – 1 – 4 – 4 – 2

## Questão 02

Analise o sentido das palavras em destaque nos seguintes trechos, retirados de "Haverá em breve uma vacina contra o câncer?":

I. Em poucos anos, a tecnologia de RNA **mensageiro** (mRNA) revolucionou a medicina.

II. A quimioterapia ou a radiação nunca combatem somente o tumor, mas também os tecidos **saudáveis**.

III. Isso cria um antígeno que se aloja na superfície da célula tumoral, tornando-a mais fácil de ser **reconhecida** e combatida pelas CAR-T.

IV. Mas os avanços rápidos na tecnologia de mRNA aumentam as esperanças de que possa haver no futuro terapias eficazes e menos **agressivas**.

Assinale a alternativa que apresenta correta e respectivamente o sentido com o qual as palavras foram empregadas nos excertos:

- (A) I. Sentido denotativo. II. Sentido conotativo. III. Sentido conotativo. IV. Sentido denotativo.
- (B) I. Sentido conotativo. II. Sentido conotativo. III. Sentido conotativo. IV. Sentido denotativo.
- (C) I. Sentido denotativo. II. Sentido denotativo. III. Sentido denotativo. IV. Sentido conotativo.
- (D) I. Sentido conotativo. II. Sentido conotativo. III. Sentido denotativo. IV. Sentido denotativo.
- (E) I. Sentido conotativo. II. Sentido denotativo. III. Sentido denotativo. IV. Sentido conotativo.

## Questão 03

Analise o excerto a seguir, retirado de "Haverá em breve uma vacina contra o câncer?":

As células T, ou linfócitos T, ajudam o corpo a combater infecções ao destruir as células adoecidas ou estimular outras células imunológicas a agirem, mas têm dificuldades em reconhecer as células cancerígenas, o que as células CAR-T conseguem fazer.

Podemos afirmar que o excerto apresenta uma figura de linguagem conhecida como:

- (A) Apóstrofe.
- (B) Elipse.
- (C) Silepse.
- (D) Gradação.
- (E) Zeugma.

## Questão 04

Analise os excertos a seguir, retirados de "Haverá em breve uma vacina contra o câncer?":

I. Mas esse avanço, recentemente agraciado com o Prêmio Nobel de Medicina, pode ainda alcançar muito mais.

II. Nesse tipo de imunoterapia, as células T são filtradas dos leucócitos - os glóbulos brancos - do sangue do paciente.

III. As células T, ou linfócitos T, ajudam o corpo a combater infecções ao destruir as células adoecidas ou estimular outras células imunológicas a agirem...

Assinale a alternativa que correta e respectivamente apresenta o tipo de aposto presente em cada um dos excertos apresentados:

- (A) I. Aposto distributivo. II. Aposto circunstancial. III. Aposto de especificação.
- (B) I. Aposto explicativo. II. Aposto explicativo. III. Aposto explicativo.
- (C) I. Aposto explicativo. II. Aposto comparativo. III. Aposto distributivo.
- (D) I. Aposto de especificação. II. Aposto explicativo. III. Aposto da oração.
- (E) I. Aposto resumido. II. Aposto enumerativo. III. Aposto explicativo.

## Questão 05

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o gênero do texto "Haverá em breve uma vacina contra o câncer?":

- (A) Artigo de opinião.
- (B) Nota.
- (C) Artigo de divulgação científica.
- (D) Reportagem.
- (E) Artigo científico.

## Questão 06

Associe a segunda coluna de acordo com a primeira, que relaciona relações de sentido a exemplos de seu uso no texto "Haverá em breve uma vacina contra o câncer?":

### Primeira coluna: Relações de sentido

- (1) Condicionalidade.
- (2) Adição.
- (3) Temporalidade.
- (4) Oposição

### Segunda coluna: Emprego no texto

(\_\_ ) Até agora, as células T modificadas combatiam somente o câncer sanguíneo.

(\_\_ ) Se as células CAR-T produzidas dessa forma forem injetadas de volta no paciente, elas se alojam especificamente nas células cancerígenas.

(\_\_ ) No entanto, essa forma bastante eficaz de imunoterapia tem custos impraticáveis para muitos.

(\_\_ ) A quimioterapia ou a radiação nunca combatem somente o tumor, mas também os tecidos saudáveis.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 2 – 4 – 3 – 1
- (B) 3 – 1 – 4 – 2
- (C) 3 – 4 – 1 – 2
- (D) 4 – 2 – 1 – 3
- (E) 1 – 3 – 2 – 4

## Questão 07

Assinale a alternativa em que o uso da vírgula é opcional:

- (A) Mesmo que o vírus se desenvolva com mutações mais agressivas, vacinas sob medida podem ser novamente desenvolvidas em pouco tempo graças à tecnologia de mRNA.
- (B) Se as células CAR-T produzidas dessa forma forem injetadas de volta no paciente, elas se alojam especificamente nas células cancerígenas.
- (C) Durante a pandemia de covid-19, imunizantes de alta eficácia contra o vírus Sars-Cov-2 foram desenvolvidos em apenas alguns meses graças a essa tecnologia.
- (D) As células T, ou linfócitos T, ajudam o corpo a combater infecções ao destruir as células adoecidas ou estimular outras células imunológicas a agirem.
- (E) Além da CureVac, outras empresas também investem intensamente em pesquisas contra o câncer.

## Questão 08

Partindo da leitura do texto "Haverá em breve uma vacina contra o câncer?", analise as afirmações a seguir:

I.O tratamento com as células CAR-T foi iniciado durante a pandemia e resultou em muito conhecimento construído sobre o tema.

II.As células T já são empregadas no tratamento do câncer sanguíneo e, com o avanço da tecnologia, poderão ser empregadas também no combate de outros tipos de cânceres.

III.A única limitação apresentada pela tecnologia de mRNA é relativa às mutações possíveis nos vírus.

IV.A estimativa é que as vacinas substituam o tratamento convencional contra câncer nos próximos cinco anos.

V.Os tratamentos convencionais têm, como ponto negativo, a falta de especificidade de sua ação: além de destruir células cancerígenas, também acabam incidindo sobre células saudáveis.

É correto o que se afirma em:

- (A) II e V, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) III e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

## Questão 09

Analise o seguinte trecho, retirado de "Haverá em breve uma vacina contra o câncer?":

Empresas de biotecnologia querem lançar em alguns anos imunizantes contra a doença, algo que se tornou possível com a tecnologia de mRNA.

Em relação às relações coesivas nesse trecho, analise as afirmações a seguir. Marque V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(\_\_ )A expressão "a doença" é catafórica para "o câncer", apresentado logo a seguir: "Com isso, o câncer pode deixar de ser uma 'sentença de morte'".

(\_\_ )A expressão "a doença" é um elemento anafórico para "câncer", que foi apresentado no título: "Haverá em breve uma vacina contra o câncer?".

(\_\_ )Podemos afirmar que, coesivamente falando, a forma "Empresas de biotecnologia querem lançar em alguns anos imunizantes contra o câncer, algo que se tornou possível com a tecnologia de mRNA. Com isso, a doença pode deixar de ser uma "sentença de morte" seria mais adequada à compreensão.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – V – V
- (B) F – F – V
- (C) V – F – F
- (D) F – V – V
- (E) F – V – F

## Questão 10

Assinale a alternativa correta no que diz respeito às relações de concordância, segundo a norma culta da língua portuguesa:

- (A) Haviam vários estudiosos propondo pesquisas a respeito da cura do câncer.
- (B) O grupo de pesquisadores estavam abordando a possibilidade de uma vacina para o câncer.
- (C) Fazem anos que se está investindo no tratamento e na cura do câncer.
- (D) Existem inúmeras razões pelas quais vale à pena investir em vacinas.
- (E) Um terço dos trabalhos versavam sobre tratamentos alternativos para o câncer.

## Conhecimentos Gerais e Legislação

### Questão 11

Conforme o art. 22, da Lei Orgânica do Município de Ilhota:

I.O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que seja assegurado ampla defesa ou mediante sindicância, se não estável.

II.Invalidada por sentença a demissão do servidor estável, será, ele, reconduzido, e o eventual ocupante da vaga readaptado ao cargo de origem, com direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

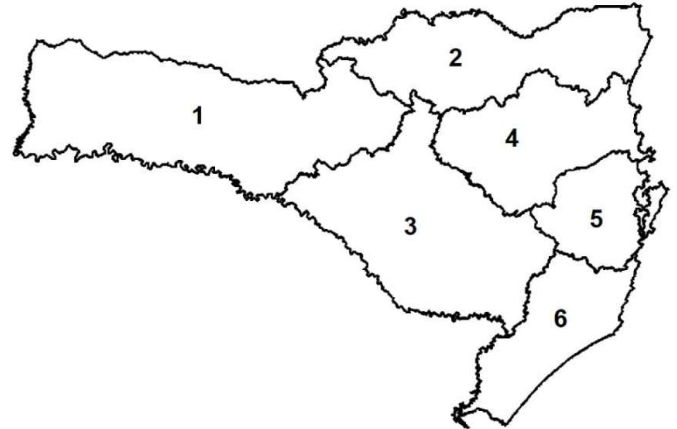
III.Extinto o cargo ou declarada a necessidade, o servidor estável, inclusive o de autarquia intermunicipal lotado no Município, ficará em disponibilidade não-remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

É correto o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

### Questão 12

Ilhota, a cidade em que você almeja ingressar como servidor público, Blumenau, cidade da banca organizadora deste concurso, Florianópolis, a capital do estado de Santa Catarina, e Pescaria Brava, um dos povoados mais antigos do estado e que recentemente perdeu o título de cidade mais jovem do Brasil, ficam correta e respectivamente localizadas nas seguintes mesorregiões do mapa:



- (A) 3 - 2 - 6 - 6.
- (B) 2 - 1 - 5 - 3.
- (C) 4 - 4 - 5 - 6.
- (D) 3 - 2 - 3 - 1.
- (E) 5 - 5 - 4 - 2.

### Questão 13

Conforme a Lei Orgânica do Município de Ilhota, em seu art. 125, a ordem social do Município tem como base o primado do trabalho e como objeto:

- (A) a educação e a previdência social.
- (B) o meio ambiente e a política social.
- (C) a cultura e a seguridade social.
- (D) o bem-estar e a justiça social.
- (E) a saúde e a assistência social.

## Questão 14

De acordo com dados do Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 1,1 milhão de estudantes ingressaram no ensino superior público por meio da Lei de Cotas entre 2012 e 2022. Ao encontro disso, entrou em vigor a Lei 14.723/23, que atualiza a Lei de Cotas no ensino federal (superior e técnico) e prevê a reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas e outros (Fonte: Agência Câmara de Notícias, 2023). Entre as alterações que a nova legislação prevê está/estão:

I.A mudança do mecanismo de ingresso dos cotistas no ensino superior federal.

II.A redução da renda familiar para reservas de vagas.

III. A inclusão de estudantes quilombolas como beneficiários das cotas.

IV.A determinação de que a lei seja monitorada anualmente e avaliada a cada dez anos.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) IV, apenas.
- (E) I, II, III, apenas.

## Questão 15

O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ilhota, em seu art. 62, esclarece acerca das indenizações. Sendo assim, constituem indenizações ao servidor público:

- (A) o auxílio moradia, a gratificação por encargo e o adicional de férias.
- (B) a gratificação natalina, a gratificação por encargo e a gratificação por assessoramento.
- (C) o adicional por insalubridade, o adicional por periculosidade e o adicional por atividade penosa.
- (D) as diárias, o transporte e o auxílio escolar.
- (E) o adicional por serviço extraordinário, o adicional de férias e o adicional noturno.

## Raciocínio Lógico

### Questão 16

Mari colocou uma senha de 5 algarismos distintos para acesso ao seu armário. Sabe-se que ela usou uma combinação dos algarismos de 1 até 5 e que a senha inicia com 1 e é um número par. Pode-se afirmar que o número de senhas diferentes que podem resultar dessas escolhas realizadas por ela é de:

- (A) 10.
- (B) 14.
- (C) 6.
- (D) 12.
- (E) 8.

### Questão 17

Cristiano comprou um celular no mês de fevereiro por R\$ 1.490,00. Sabe-se que houve um aumento de 8% nesse valor no mês seguinte. Pode-se afirmar que o valor desse aumento foi, em reais, de:

- (A) 138,20.
- (B) 123,50.
- (C) 149,00.
- (D) 119,20.
- (E) 118,00.

### Questão 18

Maria realizou quatro provas, obtendo notas 7,0, 8,0 e 6,5 nas três primeiras. A média final dessas quatro provas resultou em nota 7,5. Pode-se afirmar que a nota da quarta prova foi menor que:

- (A) 7,0.
- (B) 8,0.
- (C) 7,5.
- (D) 8,5.
- (E) 9,0.

### Questão 19

Bia tem 2 anos a mais que Lucas; Lucas tem 2 anos a mais que Marta e Marta tem 2 anos a mais que Lili. Os quatro juntos somam 100 anos. Pode-se afirmar que a idade de Lili é:

- (A) 22.
- (B) 20.
- (C) 18.
- (D) 23.
- (E) 25.

## Questão 20

Duas amigas trabalharam juntas na produção de uma encomenda de doces. Helena produziu dois terços dos doces e Bruna os outros 60 doces. Pode-se afirmar que a quantidade total de doces dessa encomenda foi de:

- (A) 360.
- (B) 120.
- (C) 300.
- (D) 240.
- (E) 180.

## Conhecimentos Específicos

### Questão 21

No Direito Civil, o Direito das Obrigações abrange relações jurídicas de natureza pessoal e patrimonial, regulando principalmente a forma como os débitos devem ser cumpridos e as consequências do seu inadimplemento. À luz do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002), considere o seguinte caso hipotético:

Um Município celebrou um contrato de prestação de serviços com a empresa Construções Eficientes Ltda., para a reforma de uma escola pública. Foi pactuada uma cláusula penal para o caso de inadimplemento das obrigações contratuais pela empresa. No decorrer da execução do contrato, a empresa atrasou a entrega da obra em 3 meses, alegando dificuldades técnicas imprevistas e aumento substancial nos preços dos materiais de construção. O Município decidiu cobrar a multa prevista na cláusula penal, mas a empresa argumenta que o valor é excessivo e capaz de levar à sua insolvência.

Com base no Código Civil e na situação descrita, assinale a alternativa correta:

- (A) O Município tem direito ao recebimento integral da multa, pois a cláusula penal é irredutível e visa assegurar o cumprimento das obrigações contratuais.
- (B) A cláusula penal é considerada nula, pois o atraso na entrega da obra se deu por motivo de força maior, caracterizado pelo aumento inesperado dos custos dos materiais.
- (C) A empresa Construções Eficientes Ltda. está isenta do pagamento da cláusula penal, uma vez que demonstrou que o atraso ocorreu por dificuldades técnicas imprevisíveis e alheias à sua vontade.
- (D) A empresa pode requerer judicialmente a redução da cláusula penal, com base no princípio da função social do contrato e na teoria da imprevisão.
- (E) O Município não pode executar a cláusula penal, pois ela deve ser compensada com os prejuízos efetivamente comprovados decorrentes do atraso na entrega da obra.

## Questão 22

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Constituição Federal, analise as assertivas sobre a situação jurídica dos servidores públicos regidos pelo regime celetista na Administração Direta e Indireta do Estado:

I. Servidores contratados sob o regime da CLT têm direito ao regime geral de previdência social, e não a regimes próprios de previdência dos servidores públicos estatutários.

II. Em caso de despedida sem justa causa, o servidor celetista da Administração Direta ou Indireta tem direito à multa rescisória do FGTS, nos termos da legislação trabalhista.

III. Servidores celetistas da Administração Pública não têm direito a estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal, salvo disposição em lei específica ou adoção de medidas que assegurem tal direito.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, apenas.



## Questão 23

De acordo com o Código Penal brasileiro, em seu Título XI, são tipificados os crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral. Considerando a legislação penal e o cenário a seguir, analise a situação de Joaquim, um procurador municipal:

Joaquim, ao revisar processos de licitação antigos, identifica que um contrato específico foi superfaturado. Apesar de não ter participado da licitação ou da execução do contrato, Joaquim opta por não reportar a irregularidade, uma vez que seus colegas mais antigos no serviço público e que gozam de grande prestígio na administração estariam envolvidos. Além disso, ele utiliza de informações obtidas nessa revisão para investir em uma empresa que se beneficiou indevidamente das licitações públicas.

Baseando-se nos dispositivos legais pertinentes, escolha a alternativa correta que identifica as infrações penais cometidas por Joaquim:

- (A) Joaquim cometeu o crime de prevaricação, conforme artigo 319 do Código Penal, por retardar ato de ofício com fim de satisfazer interesse ou sentimento pessoal, e o crime de insider trading, previsto na Lei nº 6.385/1976, ao utilizar informações privilegiadas para obter vantagem no mercado financeiro.
- (B) Joaquim não cometeu crime algum, pois não participou da licitação ou da execução do contrato e a omissão em tais casos não configura crime.
- (C) Joaquim praticou o crime de advocacia administrativa, conforme previsto no artigo 321 do Código Penal, ao defender interesse privado perante a administração pública, utilizando-se do cargo para beneficiar empresa privada.
- (D) Joaquim incorreu no crime de condescendência criminosa, tipificado no artigo 320 do Código Penal, por deixar de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo e no crime de peculato por aplicação, artigo 312, §1º, ao investir em empresa privada com uso de informação privilegiada.
- (E) Joaquim é autor do crime de omissão de notificação de crime, previsto no artigo 66 da Lei de Contravenções Penais, por não comunicar à autoridade competente o crime de que teve conhecimento no exercício da função pública, e do crime de violação de sigilo funcional, artigo 325 do Código Penal, ao utilizar informação sigilosa para benefício próprio.

## Questão 24

A Lei Municipal n.º 908/1998 estabelece normas específicas para a concessão, suspensão e cancelamento de isenções tributárias. Com base nos artigos 174, 175 e 176 da referida lei e nos princípios gerais do direito tributário, julgue a situação a seguir:

A empresa Alfa, beneficiária de isenção fiscal relativa ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) devido a sua atuação em atividades culturais incentivadas pelo Município de Delta, foi autuada por realizar operações não relacionadas ao incentivo cultural que justificou a isenção. A autoridade fiscal, sem notificação prévia, suspendeu a isenção da empresa Alfa pelo prazo de um ano, conforme previsão do Art. 174. Posteriormente, iniciou-se um processo administrativo para o cancelamento definitivo do benefício, alegando-se circunstâncias agravantes, nos termos do Art. 175, I.

Diante dos fatos e da legislação aplicável, assinale a alternativa correta:

- (A) A suspensão da isenção por um ano não se justifica, pois deveria ser diretamente cancelada, dada a existência de circunstâncias agravantes na conduta da empresa Alfa.
- (B) A suspensão da isenção é ilegal, visto que a empresa Alfa não teve oportunidade de contestar a falta arguida, violando o disposto no Art. 176.
- (C) O cancelamento definitivo do benefício é legal, uma vez que a infração praticada pela empresa Alfa caracteriza circunstância agravante, justificando a aplicação do Art. 175, I.
- (D) O processo administrativo para cancelamento definitivo é prematuro, pois não houve ainda a suspensão da isenção pelo prazo de um ano, o que é uma condição para aplicar o Art. 175, II.
- (E) A suspensão da isenção fiscal está correta, pois a autuação pela infração é suficiente para aplicar a penalidade prevista no Art. 174.

## Questão 25

Um órgão ambiental federal, no exercício de suas atribuições, emitiu uma licença ambiental para a instalação de uma grande usina hidrelétrica. O ato administrativo em questão seguiu todos os procedimentos legais, incluindo estudos de impacto ambiental e audiências públicas. Contudo, após a emissão da licença, descobriu-se que o diretor responsável pela assinatura do ato administrativo possuía ações significativas em uma das empresas beneficiárias do projeto. O diretor não participou diretamente das etapas de análise técnica, que foram conduzidas por equipe subordinada, mas, como parte de suas funções, assinou a licença final. A descoberta gerou polêmica e questionamentos sobre a validade do ato administrativo emitido.

Com base nessa situação, assinale a alternativa correta:

- (A) O ato administrativo é válido, mas o diretor deve ser submetido a processo disciplinar, pois sua conduta configura infração ética, não afetando a validade do ato em si.
- (B) O ato administrativo é inválido, pois a existência de interesse econômico pessoal do diretor no resultado do procedimento viola o princípio da impessoalidade e gera vício de finalidade.
- (C) O ato administrativo é válido desde que o diretor não tenha influenciado a decisão técnica e sua assinatura seja considerada mero ato formal sem discricionariedade.
- (D) O ato administrativo é anulável, pois, embora tenha seguido os procedimentos formais, a integridade do processo decisório está comprometida pela potencial parcialidade do diretor.
- (E) O ato administrativo é válido, pois foi emitido seguindo todos os procedimentos legais e normativos pertinentes, independentemente do interesse privado do diretor.

## Questão 26

O Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941) estabelece regras e princípios que regem a ação penal no sistema jurídico brasileiro. Considerando a legislação processual penal e o cenário hipotético a seguir, avalie as alternativas apresentadas e assinale a correta:

Durante uma investigação realizada pela Polícia Civil, constatou-se a existência de um esquema de corrupção envolvendo diversos servidores públicos municipais, incluindo o prefeito da cidade de Vila Nova. O Ministério Público foi notificado e, após análise dos elementos informativos colhidos na fase inquisitorial, verificou-se a presença de indícios suficientes de autoria e materialidade delitiva. Entretanto, o delito imputado ao prefeito é de ação penal pública condicionada à representação, e o prazo legal para o oferecimento da representação pelo ofendido ainda não se esgotou.

Com base no exposto, qual é a medida processual mais adequada a ser tomada pelo Ministério Público?

- (A) Solicitar ao poder judiciário a declaração de extinção da punibilidade em relação ao prefeito, tendo em vista a impossibilidade de prosseguir com a ação penal sem a representação do ofendido.
- (B) Oferecer denúncia imediata contra todos os envolvidos, incluindo o prefeito, pois a relevância do interesse público na persecução penal se sobrepõe à condição de procedibilidade da representação.
- (C) Instaurar ação penal privada subsidiária da pública em relação ao prefeito, assumindo a titularidade da ação diante da inércia do ofendido, conforme previsão legal.
- (D) Aguardar o término do prazo de representação e, na sua ausência, promover o arquivamento dos autos em relação ao prefeito, uma vez que não se pode prosseguir sem a manifestação do ofendido.
- (E) Oferecer denúncia em face dos servidores públicos municipais, exceto em relação ao prefeito, até que se esgote o prazo para a representação do ofendido, em respeito à condição de procedibilidade.

## Questão 27

O artigo 12 da Lei Municipal n.º 908/1998 estabelece uma hierarquia de fontes para a aplicação da legislação tributária municipal na ausência de disposição expressa. Considerando os limites constitucionais e legais da interpretação e aplicação do direito tributário, analise o caso hipotético a seguir e assinale a alternativa correta:

A Prefeitura de Ilhota, diante de uma lacuna na legislação tributária municipal sobre o cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) em imóveis com características ambientais especiais, busca um método de interpretação para o preenchimento dessa lacuna. O Fiscal de Tributos Municipais propõe uma interpretação analógica baseada no Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), que contém disposições específicas para áreas de preservação ambiental, resultando em um aumento da carga tributária para esses imóveis urbanos.

Com base no artigo supramencionado e nos limites constitucionais, escolha a alternativa correta:

- (A) A proposta é inválida, pois a utilização da analogia para a exigência de tributo não previsto em lei viola o § 1º do artigo 12 e o princípio da legalidade tributária.
- (B) A proposta é aceitável, pois os princípios gerais de direito tributário e público permitem a adaptação das normas do ITR para o IPTU, dada a similaridade das matérias.
- (C) A proposta é válida, desde que a analogia seja utilizada apenas como método interpretativo, sem alterar a base de cálculo ou a alíquota do IPTU estabelecida em lei.
- (D) A proposta do Fiscal de Tributos é válida, pois a analogia é um método aceitável para suprir lacunas na legislação tributária e pode ser utilizada para aumentar tributos.
- (E) A utilização da equidade, conforme o artigo 12, IV, permitiria a aplicação do método proposto pelo Fiscal, equilibrando o IPTU com as características ambientais dos imóveis.

## Questão 28

No âmbito do Direito Tributário, a competência tributária é distribuída entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com a Constituição Federal de 1988. Essa distribuição é crucial para entender a repartição das receitas tributárias e a autonomia de cada ente federativo. Diante disso, analise o caso a seguir:

O Município de Solário, buscando incrementar suas receitas, instituiu por lei municipal um tributo denominado "Taxa de Iluminação Pública Extraordinária" (TIPE), que seria cobrada junto à conta de energia elétrica dos consumidores, com a justificativa de custear a expansão e manutenção extraordinária da rede de iluminação pública, além dos serviços regulares já cobertos pela Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP). Contribuintes do município questionaram a validade da TIPE, alegando possível bitributação.

Com base na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), assinale a alternativa correta sobre a validade da TIPE:

- (A) A TIPE é válida, desde que haja lei complementar federal autorizando os Municípios a instituir taxas para custear serviços públicos de iluminação pública, além da COSIP.
- (B) A TIPE é inválida, pois a criação de taxas pelos Municípios para serviços de iluminação pública é expressamente proibida pela Constituição Federal, sendo permitida apenas a instituição da COSIP.
- (C) A TIPE é inválida, pois configura bitributação, vedada pela Constituição Federal, uma vez que os contribuintes já são onerados pela COSIP para o mesmo fim.
- (D) A TIPE é válida, uma vez que o Município possui competência para instituir taxas em razão do poder de polícia ou pela utilização efetiva de serviços públicos específicos e divisíveis, conforme previsto no art. 145, II, da Constituição Federal.
- (E) A TIPE é válida, pois a contribuição para iluminação pública não é um tributo, mas sim um preço público, e sua cobrança conjunta com a taxa não caracteriza bitributação.

## Questão 29

Considerando a Organização do Estado na Constituição Federal Brasileira, avalie a situação real a seguir:

Em março de 2023, o Estado de São Gonçalo, diante de um cenário de crise financeira e de saúde pública, elaborou uma proposta de emenda à sua Constituição Estadual que permitiria a instituição de um imposto sobre grandes fortunas, a ser cobrado exclusivamente dentro dos limites do estado. O objetivo declarado era financiar a recuperação do sistema de saúde estadual e aliviar o orçamento público, fortemente impactado por uma recente pandemia.

Sobre a proposta de emenda à Constituição Estadual do Estado de São Gonçalo, assinale a alternativa correta:

- (A) É inconstitucional, já que a criação de um imposto sobre grandes fortunas por um Estado-membro viola o princípio da igualdade tributária.
- (B) É constitucional, pois os Estados possuem competência tributária própria e podem instituir impostos, desde que não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados pela União.
- (C) É constitucional, uma vez que a saúde pública é um assunto de interesse local e os Estados podem, para seu financiamento, criar impostos não previstos pela União.
- (D) É inconstitucional, pois a competência para instituir impostos sobre grandes fortunas é exclusiva da União, conforme determina a Constituição Federal.
- (E) É constitucional, desde que o imposto não incida sobre patrimônios e rendas já tributados pela União, evitando a bitributação.

## Questão 30

O Código Tributário Nacional (CTN), Lei nº 5.172/1966, estabelece o sistema tributário nacional e define a classificação dos tributos, diferenciando-os conforme sua natureza jurídica, fato gerador e base de cálculo, entre outros critérios. Analisando as disposições do CTN e os princípios constitucionais tributários, avalie o cenário hipotético a seguir para determinar a correta classificação do tributo proposto:

Em janeiro de 2024, um município brasileiro instituiu, por meio de lei complementar municipal, uma contribuição de melhoria com o objetivo de custear a expansão do sistema viário local. A contribuição incidiria sobre os proprietários de imóveis que se valorizassem em razão das obras públicas. No entanto, a mesma lei complementar previa que a contribuição seria cobrada de todos os proprietários de imóveis do município, independentemente da comprovação de valorização imobiliária específica resultante das obras.

Com base nessa situação, indique a alternativa correta sobre a natureza jurídica da cobrança instituída pelo município:

- (A) Constitui uma contribuição de melhoria inconstitucional e ilegal, dado que a cobrança universal dos proprietários de imóveis sem comprovação de valorização específica viola o artigo 82 do CTN e o princípio do benefício, previsto na Constituição Federal.
- (B) Configura-se como um imposto, uma vez que é cobrado de todos os proprietários de imóveis do município, sem considerar um benefício específico decorrente da obra, em desacordo com o artigo 82 do CTN.
- (C) Representa uma taxa de serviço, já que a cobrança é realizada para o financiamento de uma obra pública específica, em consonância com o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- (D) É um tributo com natureza de taxa, pois está vinculada a uma atuação estatal específica, que é a expansão do sistema viário, conforme o artigo 77 do CTN.
- (E) Trata-se de uma contribuição de melhoria válida, pois a valorização imobiliária é presumida pela realização das obras públicas, conforme autoriza o artigo 81 do CTN.

## Questão 31

No âmbito do Direito Processual Civil, a Lei nº 9.099/1995 instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, proporcionando um procedimento mais célere e informal para a resolução de conflitos de menor complexidade. Levando em conta as especificidades desse sistema, examine o seguinte caso concreto:

A Prefeitura de Bela Vista, ao buscar a cobrança de créditos tributários de pequeno valor de diversos contribuintes inadimplentes, avalia a possibilidade de ajuizar as ações pertinentes perante o Juizado Especial da Fazenda Pública. As dívidas, individualmente consideradas, não excedem 40 salários-mínimos, limite estabelecido pela Lei nº 12.153/2009 para a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública. Contudo, há uma preocupação quanto à efetividade e à admissibilidade desse procedimento, dada a natureza dos créditos e o possível volume de ações.

Com base na legislação vigente, identifique a alternativa correta sobre a atuação da Prefeitura de Bela Vista:

- (A) A Prefeitura não pode ajuizar ações de cobrança no Juizado Especial da Fazenda Pública, pois a Lei nº 12.153/2009 veda expressamente a utilização deste rito para a execução fiscal, que é o procedimento adequado para cobrança de créditos tributários.
- (B) A Prefeitura pode ajuizar ações no Juizado Especial da Fazenda Pública, mas está sujeita à regra da cumulação de pedidos, que pode inviabilizar a ação se o valor total exceder o limite de 40 salários-mínimos.
- (C) A Prefeitura pode ajuizar ações no Juizado Especial da Fazenda Pública, desde que renuncie ao excedente em cada caso em que a soma dos créditos tributários ultrapasse o limite legal.
- (D) A Prefeitura pode ajuizar ações de cobrança no Juizado Especial da Fazenda Pública, pois a Lei nº 9.099/1995, combinada com a Lei nº 12.153/2009, permite expressamente a cobrança de créditos tributários de pequeno valor por entes públicos.
- (E) A Prefeitura está autorizada a ajuizar as ações no Juizado Especial da Fazenda Pública, mas deve consolidar as dívidas de cada contribuinte para não ultrapassar o limite de 40 salários-mínimos, conforme entendimento consolidado na jurisprudência.

## Questão 32

Tendo em consideração os Princípios Fundamentais expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, analise as situações hipotéticas a seguir e indique qual delas viola de forma mais evidente o Princípio da Indissolubilidade da Federação:

I.O Estado de Xerém, visando a promover o desenvolvimento econômico regional, decreta unilateralmente a redução da alíquota do ICMS sobre produtos industrializados fabricados no seu território, sem a celebração de acordo no âmbito do CONFAZ, causando desequilíbrio competitivo com os demais estados.

II.O Município de Cachoeira Alta, diante de um impasse com o Governo Estadual sobre a gestão de recursos hídricos, proclama a sua "independência administrativa", recusando-se a seguir as diretrizes estaduais e federais sobre a matéria.

III.O Estado de Novo Horizonte promulga uma Constituição Estadual que, apesar de observar as normas e princípios estabelecidos na Constituição Federal, prevê uma bandeira e um hino estadual distintos.

IV.O Governo Federal, por meio de decreto, intervém na administração do Estado de Sol Luminoso, alegando graves violações de direitos humanos, sem que tenha sido constatada qualquer situação de desordem ou solicitação de auxílio por parte das autoridades estaduais.

V.O Estado de Mar Azul, em um ato de seu governador, decide implementar um programa de passaporte próprio para seus cidadãos, como medida para promover o turismo interno e estabelecer controles de segurança mais rigorosos nas suas fronteiras estaduais.

A alternativa que melhor representa a violação ao Princípio da Indissolubilidade da Federação é:

- (A) IV, pois a intervenção federal é um ato extremo que deve seguir critérios estritos, não sendo admitido por meras alegações.
- (B) I, pois a autonomia dos entes federativos não permite a desregulamentação fiscal unilateral.
- (C) V, o Estado de Mar Azul, em uma decisão inovadora do seu governador, institui um sistema de identificação regional, apelidado de "Passaporte Mar Azulense", exigido para qualquer cidadão brasileiro que deseje ingressar no território do estado.
- (D) II, pois a declaração de "independência administrativa" de um município rompe com a estrutura federativa do Estado.
- (E) III, pois a criação de símbolos estaduais contraria a soberania nacional.

### Questão 33

A distinção entre prescrição e decadência é essencial para a compreensão dos prazos para o exercício de direitos no ordenamento jurídico brasileiro. O Código Civil (Lei nº 10.406/2002) estabelece regras específicas para cada instituto. Levando em consideração os dispositivos legais pertinentes, analise a seguinte situação hipotética:

Em janeiro de 2018, Mariana adquiriu um veículo zero quilômetro de uma concessionária. Em janeiro de 2021, ela descobriu que o veículo possuía um defeito oculto, que reduzia significativamente seu desempenho e segurança. Mariana, então, pretende ajuizar uma ação exigindo a substituição do veículo por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso. A concessionária, por sua vez, argumenta que o prazo para a reclamação de Mariana já se esgotou.

Com base no Código Civil, assinale a alternativa correta sobre a situação de Mariana:

- (A) Mariana se encontra dentro do prazo para o exercício de seu direito, pois a decadência para vícios ocultos nos contratos de consumo é de 90 dias após sua constatação, conforme artigo 26, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor.
- (B) O direito de Mariana de exigir a substituição do veículo está prescrito, pois o prazo prescricional para ações pessoais é de 3 anos, conforme artigo 206, §3º, do Código Civil.
- (C) Mariana está sujeita ao prazo de decadência de 90 dias para reclamar por vícios aparentes ou de fácil constatação, conforme artigo 26 do Código de Defesa do Consumidor.
- (D) A pretensão de Mariana é imprescritível, uma vez que se refere a um direito de personalidade relacionado à segurança pessoal.
- (E) A ação de Mariana decai em 180 dias, contados da entrega efetiva do veículo, de acordo com o artigo 445, parágrafo único, do Código Civil, relativo aos vícios redibitórios.

### Questão 34

Considerando os princípios do Processo Constitucional, o Processo Legislativo e a Tripartição dos Poderes no contexto do ordenamento jurídico brasileiro, analise o seguinte cenário fictício:

Em julho de 2023, o Congresso Nacional do Brasil aprovou uma Emenda Constitucional que introduzia uma nova forma de deliberação legislativa. Segundo essa emenda, projetos de lei que tratassem de matéria econômica relevante poderiam ser convertidos em lei mediante um processo acelerado caso obtivessem a aprovação de 3/5 dos membros de cada Casa do Congresso em uma única votação, sem a necessidade de uma segunda discussão ou votação. O Presidente da República, ao tomar conhecimento dessa emenda, vetou-a integralmente, argumentando que o processo acelerado violava princípios constitucionais. O veto presidencial gerou uma crise institucional, com debates acalorados sobre a constitucionalidade da nova forma de deliberação legislativa e os limites da intervenção presidencial.

Com base no cenário descrito, indique a alternativa correta sobre a constitucionalidade da Emenda Constitucional e a atuação do Presidente da República:

- (A) A emenda é inconstitucional, pois contraria o processo legislativo estabelecido pela Constituição, e o veto do Presidente é inconstitucional, pois o chefe do Executivo não tem competência para vetar emendas constitucionais aprovadas pelo quórum qualificado no Congresso Nacional.
- (B) A emenda é constitucional, e o veto do Presidente é inconstitucional, pois o chefe do Executivo não possui poder de veto sobre emendas à Constituição, uma vez que estas são de competência exclusiva do Congresso Nacional.
- (C) A emenda é inconstitucional, pois viola a tripartição dos poderes ao impedir a revisão e controle de matérias legislativas pelas Casas Legislativas em duas discussões, mas o veto do Presidente é inconstitucional, pois não se aplica a emendas à Constituição.
- (D) A emenda é constitucional, pois o Congresso Nacional tem autonomia para definir o processo legislativo de matérias econômicas, e o veto do Presidente é constitucional, uma vez que serve como mecanismo de freios e contrapesos.
- (E) A emenda é inconstitucional, pois altera o devido processo legislativo sem observar as cláusulas pétreas, e o veto do Presidente é igualmente inconstitucional, já que não cabe veto presidencial em matéria de emendas constitucionais.

### Questão 35

No contexto do Direito do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) regula as relações e os contratos de trabalho no Brasil. À luz da CLT e das normativas pertinentes, analise o caso hipotético a seguir:

Carlos, servidor público municipal, foi contratado sob o regime estatutário. Contudo, ele alega que, além de suas funções típicas de servidor, exercia atividades em caráter não eventual para a prefeitura, sob subordinação e dependência, que extrapolavam as atribuições de seu cargo público, recebendo por estas um adicional em sua remuneração. Carlos pleiteia o reconhecimento de vínculo empregatício por essas atividades extras, a fim de receber os benefícios trabalhistas correspondentes, como FGTS e horas extras.

Baseando-se na legislação trabalhista e no entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- (A) Carlos tem direito ao reconhecimento do vínculo empregatício, pois a prestação de serviços que excede as funções estatutárias configura relação de emprego.
- (B) O vínculo empregatício de Carlos não pode ser reconhecido, dado que a natureza jurídica do vínculo originário é estatutária e não se converte em empregatícia pela realização de tarefas extras.
- (C) Carlos poderá ter reconhecido o vínculo empregatício se demonstrar que as atividades extras foram realizadas mediante contratação por pessoa jurídica de direito privado integrante da administração pública indireta.
- (D) Carlos pode ter um contrato de trabalho reconhecido paralelamente ao estatutário, garantindo-lhe os direitos da CLT pelas atividades exercidas que não são inerentes ao seu cargo público.
- (E) A relação de emprego deve ser reconhecida apenas se Carlos comprovar que as atividades extras não possuíam relação com as funções de seu cargo público e eram realizadas em horário distinto.

### Questão 36

O regime disciplinar dos servidores públicos federais é regido pela Lei nº 8.112/1990, que estabelece as normas sobre sindicância e processo administrativo disciplinar. Considerando as disposições legais sobre o tema, analise o cenário hipotético a seguir:

Um servidor público federal, ocupante de cargo efetivo no Ministério da Infraestrutura, é acusado de cometer uma infração administrativa de natureza grave, supostamente tendo utilizado veículo oficial para fins particulares em diversas ocasiões. Diante dessa acusação, a autoridade competente instaura uma sindicância para apurar os fatos. Durante a sindicância, surgem indícios de que o servidor também pode ter se envolvido em atos de corrupção relacionados à alocação de recursos de obras públicas. A autoridade responsável pela sindicância decide, então, converter imediatamente a sindicância em um processo administrativo disciplinar (PAD).

Com base na Lei nº 8.112/1990, indique a alternativa correta sobre a conversão de sindicância em PAD e as medidas apropriadas a serem tomadas pela autoridade competente:

- (A) A conversão da sindicância em PAD é legal e automática, pois a Lei nº 8.112/1990 prevê que a sindicância é meramente preparatória e deve ser seguida de PAD sempre que houver indícios de infração.
- (B) A conversão é legal e deve ser acompanhada de afastamento preventivo do servidor, obrigatório em casos de suspeita de corrupção, conforme o artigo 147 da Lei nº 8.112/1990.
- (C) A conversão é legal, mas o PAD só pode ser instaurado após a autorização do Ministro de Estado da Infraestrutura, conforme o artigo 141 da Lei nº 8.112/1990.
- (D) A conversão é ilegal, pois a sindicância deve ser concluída antes de qualquer decisão de instaurar um PAD, conforme o artigo 145 da Lei nº 8.112/1990.
- (E) A conversão é legal, desde que seja justificada por relatório que indique a materialidade e autoria da infração, conforme os artigos 143 e 144 da Lei nº 8.112/1990.

### Questão 37

De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, as relações de trabalho envolvendo a Administração Pública direta e indireta são regidas por princípios e regras específicas. Com base na Constituição Federal de 1988, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em legislação complementar pertinente, avalie o cenário a seguir:

A Prefeitura de Alvorada, após processo licitatório, contrata a empresa Construtora Novo Milênio Ltda. para a realização de obras de infraestrutura urbana. Durante a execução do contrato, Joana, empregada da Construtora Novo Milênio Ltda. e alocada exclusivamente na obra contratada pela Prefeitura, sofre um acidente de trabalho. Joana busca reparação e alega que a Prefeitura de Alvorada deveria ser responsabilizada solidariamente pelos danos sofridos, dada a sua condição de tomadora dos serviços.

Considerando as disposições legais aplicáveis, identifique a alternativa correta quanto à responsabilidade da Prefeitura de Alvorada no caso de Joana:

- (A) A Prefeitura de Alvorada pode ser responsabilizada solidariamente, pois a tomadora de serviços é sempre co-responsável pelos danos sofridos pelos empregados da contratada em caso de acidente de trabalho.
- (B) A Prefeitura de Alvorada não pode ser responsabilizada solidariamente, pois a responsabilidade por acidente de trabalho é exclusiva do empregador direto, no caso, a Construtora Novo Milênio Ltda.
- (C) A responsabilidade da Prefeitura de Alvorada será direta e objetiva, com base na teoria do risco administrativo, independentemente da existência de culpa ou dolo na ocorrência do acidente.
- (D) A responsabilidade solidária ou subsidiária da Prefeitura de Alvorada não se aplica, pois a contratação de obras por meio de licitação afasta a aplicação das regras de terceirização previstas na CLT.
- (E) A Prefeitura de Alvorada pode ser responsabilizada subsidiariamente se ficar comprovada a negligência na fiscalização das condições de segurança do trabalho da empresa contratada.

### Questão 38

A Lei nº 9.985/2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (UCs). Dentro do contexto de proteção ambiental e de conservação de espaços territoriais especialmente protegidos, analise o cenário hipotético a seguir:

Em agosto de 2023, o Governo Federal do Brasil propôs a criação de uma nova Unidade de Conservação denominada "Parque Nacional das Veredas", abrangendo uma área de cerrado que serve como habitat para espécies endêmicas e é crucial para a recarga hídrica de importantes bacias do país. No entanto, um segmento significativo dessa área inclui terras particulares com atividades agrícolas consolidadas. Além disso, há sobreposição com uma Terra Indígena já demarcada, onde a comunidade local pratica manejo sustentável dos recursos naturais.

Com base no SNUC e considerando a complexidade do caso, identifique a alternativa correta sobre a criação do "Parque Nacional das Veredas":

- (A) A criação é constitucional e deve considerar a participação efetiva da comunidade indígena no processo decisório, bem como a conciliação do manejo sustentável praticado por eles com os objetivos de conservação do Parque.
- (B) A criação é inconstitucional, pois a priorização de um Parque Nacional em detrimento da atividade agrícola consolidada e das terras indígenas viola o princípio da função social da propriedade.
- (C) A criação é constitucional, mas a manutenção de terras particulares dentro do Parque é permitida, desde que os proprietários se comprometam com as normas de preservação estabelecidas pelo órgão gestor da UC.
- (D) A criação é constitucional e segue o SNUC, desde que seja precedida da desapropriação das terras particulares e da realocação das comunidades indígenas, garantindo assim a preservação integral da área.
- (E) A criação é inviável legalmente, dado que a sobreposição com a Terra Indígena cria um conflito de direitos constitucionais insuperável entre a preservação ambiental e a proteção dos territórios tradicionais indígenas.



### Questão 39

Considere o seguinte:

Uma situação em que um colega de trabalho, Pedro, está passando por um momento pessoal difícil devido a uma situação de saúde de um familiar. Ele está visivelmente abatido e com dificuldades para se concentrar em suas tarefas. Sua colega, Ana, percebe a tristeza de Pedro e se aproxima dele para expressar seu apoio.

Diante disso, assinale a alternativa correta:

- (A) Ana não agiu corretamente, pois o certo seria deixar que Pedro resolvesse seus problemas sozinho.
- (B) Ana agiu corretamente, colocando-se no lugar de Pedro, exercendo a autoconsciência.
- (C) Ana agiu corretamente, promovendo a inclusão social de Pedro.
- (D) Ana não agiu corretamente, pois não é adequado que as pessoas deixem seu posto de trabalho para conversar.
- (E) Ana agiu corretamente, colocando-se no lugar de Pedro, exercendo a empatia.

### Questão 40

Sobre os princípios éticos e morais que orientam o serviço público, associe a segunda coluna de acordo com a primeira, que relaciona os princípios a especificações:

#### Coluna I: princípios

- 1.Princípio da Impessoalidade.
- 2.Princípio da Moralidade.
- 3.Princípio da Finalidade.
- 4.Princípio da Supremacia do Interesse Público.

#### Coluna II: especificações

(\_\_)Exige que a administração pública combata ativamente a corrupção e a má conduta, mesmo quando tais ações não são estritamente proibidas por leis específicas.

(\_\_)O interesse público deve prevalecer sobre os interesses individuais ou privados.

(\_\_)No serviço público, deve-se tratar todos os cidadãos de maneira igual, sem discriminação ou favoritismo. As decisões devem ser baseadas em critérios objetivos e imparciais.

(\_\_)Todos os atos no serviço público devem ter um propósito legítimo e justificável. A administração não pode agir de maneira arbitrária ou sem motivo.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 2 – 4 – 1 – 3.
- (B) 2 – 3 – 4 – 1.
- (C) 1 – 2 – 3 – 4.
- (D) 4 – 2 – 3 – 1.
- (E) 3 – 4 – 1 – 2.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL N.º 001/2023

**FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS**

Questões	RESPOSTAS				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E

Questões	RESPOSTAS				
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E

**INFORMAÇÕES**

O inteiro teor da prova e o gabarito preliminar serão divulgados até as **20h do dia 11 de dezembro de 2023**, no endereço eletrônico <http://concursos.furb.br/>, na página da Prefeitura Municipal de Ilhota – Concurso Público - Edital n.º 001/2023.

O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões objetivas ou ao gabarito preliminar divulgado poderá interpor recurso no período compreendido entre **8h do dia 12 de dezembro de 2023 e 23h59min do dia 13 de dezembro de 2023**.

Ilhota, 10 de dezembro de 2023.